

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2019

1. Constituição, objetivo e contexto operacional

A **Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**, é vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, tendo sido instituída pela Lei Estadual nº 5.208, de 01.07.86, e seus Estatutos aprovados pelo Decreto Estadual nº 25.952, de 29.09.86, com o objetivo de contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de produção e de preservação permanente, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, bem como subsidiar a pesquisa pertinente.

Objetivando o alcance de seus objetivos, a Fundação Florestal conta com aporte de recursos financeiros do Tesouro do Estado e da arrecadação de recursos próprios, decorrentes da exploração racional de produtos e subprodutos florestais – venda de madeira e resina, fruto da doação do Instituto Florestal no âmbito do Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR (instituído pelo Decreto nº 51.453/2006 e alterado pelo Decreto nº 54.079/2009); ingressos, hospedagens, cessões de espaços físicos em unidades de conservação para antenas, linhões de transmissão, lojas, restaurantes, eventos e captação de imagens, concessão de áreas de uso público em parques estaduais para exploração pelo setor privado e recursos de compensações ambientais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis compostas pelo Balanço Orçamentário, Anexos I - Execução de Restos a Pagar Não Processados e II - Execução de Restos a Pagar Processados, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação, Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro e Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, foram elaboradas em observância à legislação abaixo, entre outros dispositivos normativos:

- Lei nº 4.320, de 17.03.1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Complementar nº 101, de 05.05.2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal); e
- Decreto nº 40.566, de 21.12.1995, que dispõe sobre a implantação no Estado de São Paulo do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios – SIAFEM.

- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público – NBCT SP; e
- Portarias Conjuntas: STN/SOF nº 6 e STN nº 877, de 18.12.2018, que aprovam os Procedimentos Contábeis da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

A Fundação Florestal registra suas operações sob o regime de competência, que consiste no reconhecimento das receitas e despesas no momento do fato gerador independentemente do recebimento e do pagamento.

Os registros são efetuados no SIAFEM, que é o sistema contábil oficial do Estado de São Paulo, sob a responsabilidade da Contadoria Geral do Estado, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

As principais práticas contábeis adotadas foram estruturadas e organizadas tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, edição válida para o exercício de 2019, que define uma estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos relativos ao controle de execução orçamentária, financeira, patrimonial, praticados pelos órgãos e entidades, de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

2

De acordo com a Contadoria Geral do Estado, que é o Órgão Estadual responsável pelas tratativas do processo de convergência aos padrões das normas internacionais estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e conforme consta do Balanço Geral do Estado de São Paulo, em 2019, os esforços envidados pelo Estado de São Paulo resultaram na adequação de processos e sistemas, com os destaques indicados a seguir.

“As Unidades da Administração Direta e Indireta, não vinculadas à Secretaria da Saúde, e receptoras das transferências na modalidade de aplicação intraorçamentária, realizaram as despesas correspondentes utilizando fonte detalhada no código 081.001.141 - Tesouro - FUNDES – Intra, propiciando maior transparência e controle dessas operações; Da mesma forma, as demais unidades do Estado que receberam recursos intraorçamentários transferidos pela modalidade de aplicação 91, utilizaram fontes de recursos com código inicial “08x” para a realização das despesas.”

No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido por todos os entes federativos até a concretização do cronograma estabelecido pela Portaria STN nº 548/2015. Toda a padronização normativa e procedimental implicou e implicará em significativas alterações e integrações sistêmicas, bem como capacitação de servidores por se tratar de um projeto de significativa envergadura, que abrange todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

O Estado de São Paulo a cada ano, tem aprimorado seus processos e procedimentos, com objetivo de atender às novas normas e também de propiciar maior transparência aos gastos públicos, utilização otimizada dos recursos financeiros, mediante controle tempestivo da execução orçamentária, patrimonial, financeira e contábil, que resulte numa gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos públicos.

Nesse contexto, destacamos que esta Fundação recebeu recursos intraorçamentários transferidos pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, na modalidade de aplicação 91, utilizando a fonte de recursos com o código 083 para a realização das despesas decorrentes dos planos de trabalho aprovados pela CCA.

Destacamos, também, que a Fundação Florestal vem seguindo às normativas emanadas pela Contadoria Geral do Estado e acompanha e aguarda as adequações promovidas no Sistema SIAFEM para o cumprimento das normas internacionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A conclusão destas demonstrações contábeis pela Administração da Fundação Florestal, se deu em 23.06.2020.

3. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação, observada as disposições do artigo 102 da Lei nº 4.320/64, apurando-se déficit ou superávit.

Os Balanços Orçamentários por tipo de administração podem apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois alguns deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo dependentes de recursos do Tesouro, como é o caso da Fundação Florestal.

3

3.1. Demonstração da Execução das Receitas, no exercício de 2019:

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA EXECUTADA	VALOR
RECEITA PATRIMONIAL	3.864.095,75
Receitas Imobiliárias:	
Atividades de gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes;	1.534.098,73
Outorga por concessão de espaço PE Campos do Jordão	115.600,00
Receitas de Valores Imobiliários: rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação, Convênios, Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	2.214.397,02
RECEITA AGROPECUÁRIA	9.431.499,13
Receita da Produção Vegetal do Estado: venda de madeira, resina e mudas	9.431.499,13
RECEITA DE SERVIÇOS	39.520.328,53
Atividades de gestão das unidades de conservação com hospedagem, ingressos, mergulho e de Convênios: CESP, Petrobras, Transpetro, NTS, entre outros	8.421.918,09
Receita Intraorçamentária de Custeio – CCA – fonte 083	31.098.410,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.054,32
Restituições do Estado: assistência médica e outras	50.261,71
Receitas eventuais	5.792,61
RECEITA DE CAPITAL:	11.267.431,79
Receita Intraorçamentária de Investimentos – CCA – fonte 083	11.267.431,79
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	64.139.409,52
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	(146.725.466,53)
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(82.586.057,01)

4

3.2. Demonstração das Despesas Executadas, por grupo e fonte de recursos:

Grupo de Despesa	Fonte de Recursos			Total
	001 Tesouro	004/083 Rec. Próprios	007 Oper. de Crédito	
1. Pessoal	36.831.723,10	312.658,88	0	37.144.381,98
3. Custeio	23.857.533,94	60.087.514,07	6.601.944,37	90.546.992,38
4. Investimento	0	12.243.944,50	6.790.147,67	19.034.092,17
Total	60.689.257,04	72.644.117,45	13.392.092,04	146.725.466,53

As despesas realizadas no total de R\$ 72.644.117,45, correspondem as fontes de recursos: 004 – R\$ 27.225.732,24 e 083 de R\$ 45.418.385,21.

Os recursos recebidos e utilizados na execução das despesas nas fontes: 001 Tesouro do Estado – R\$ 60.689.257,04 e 007 Operação de Crédito – R\$ 13.392.092,04, no total de R\$ 74.081.349,08, não constam do quadro da receita executada no exercício.

Desta forma, o **déficit orçamentário** apontado na execução da receita de R\$ 82.586.057,01, em relação ao valor total de R\$ 146.725.466,53, se deve aos recursos do Tesouro do Estado (fonte 001), de Operações de Crédito (fonte 007) e o saldo de Recursos Próprios (fontes 004 e 083), não figurarem no quadro de Receita Executada, conforme demonstração a seguir:

Descrição	Fonte	Valor
Despesas com Recursos Próprios	004/083	72.644.117,45
(-) Receita Arrecadada (recursos próprios)	004/083	-64.139.409,52
(=) Saldo de Despesas pagas c/Rec Próprios	004/083	8.504.707,93
(+) Despesas pagas Tesouro do Estado	001	60.689.257,04
(+) Despesas pagas Operações de Crédito	007	13.392.092,04
(=) Déficit Orçamentário		82.586.057,01

Acrescentamos que as transferências financeiras repassadas pelo Tesouro do Estado à Fundação Florestal, no montante de R\$ 60.689.257,04, não constam como receita desta Fundação para não haver duplicação da receita, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/2000.

A alocação dos recursos do Tesouro do Estado, consignados na Lei Orçamentária (LOA) estão somente na despesa orçamentária gerando o desequilíbrio, porém não representa irregularidade, conforme a Portaria nº 339/2001 – MF/STN e § 1º do artigo nº 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da mesma forma, se comporta a previsão de repasse de recursos financeiros, provenientes de Operação de Crédito (fonte 007), que não figura no Orçamento de Receita desta Fundação.

Em resumo, a falta de previsão desses recursos nas fontes 001 e 007 no quadro de Receita dos Órgãos da Administração Indireta da Lei Orçamentária Anual (LOA), geram o déficit orçamentário que, anualmente, se repete no Balanço Orçamentário; entretanto, financeiramente, a Fundação Florestal não realiza nenhuma despesa sem o devido respaldo orçamentário, seja com recursos próprios, de operações de crédito e/ou do Tesouro Estadual.

A seguir, demonstramos as **Despesas do Balanço Orçamentário**, com a abertura por: Atividades da Fundação Florestal, Compensação Ambiental (distribuída em recursos da CCA – Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e de diversos convênios) e do Programa Serra do Mar/BID, além das Categorias de Gastos, onde podemos observar o percentual de execução da despesa em relação a dotação atualizada (execução x planejamento).

DESPESA	Dotação Atualizada	Despesa Executada	%	Saldo
ATIVIDADES FUNDAÇÃO	74.051.950,18	71.783.144,75	97%	2.268.805,43
Pessoal	37.784.358,00	37.144.381,98	98%	639.976,02
Custeio	36.057.003,62	34.434.417,61	95%	1.622.586,01
Investimentos	210.588,56	204.345,16	97%	6.243,40
COMP AMBIENTAL	73.115.304,82	55.681.401,08	76%	17.433.903,74
CCA/SIMA	61.775.054,00	45.418.385,21	74%	16.356.668,79
Custeio	41.480.576,00	34.107.064,66	82%	7.373.511,34
Investimentos	20.294.478,00	11.311.320,55	56%	8.983.157,45
Convênios Petrobras/Cesp/Out	11.340.250,82	10.263.015,87	91%	1.077.234,95
Custeio	10.210.882,38	9.534.737,08	93%	676.145,30
Investimentos	1.129.368,44	728.278,79	64%	401.089,65
PROG SERRA MAR	21.566.153,00	19.260.920,69	89%	2.305.232,31
Custeio	13.923.921,00	12.470.773,02	90%	1.453.147,98
Investimentos	7.642.232,00	6.790.147,67	89%	852.084,33
TOTAL	168.733.408,00	146.725.466,52	87%	22.007.941,48

No quadro abaixo, apresentamos as **Despesas Orçamentárias do Balanço Orçamentário**:

6

Legenda	a	b	c	d	e = a - b
DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Correntes	139.456.741,00	127.691.374,36	127.514.067,04	113.391.047,98	(11.765.366,64)
Pessoal	37.784.358,00	37.144.381,98	37.144.381,98	36.374.393,32	(639.976,02)
Custeio	101.672.383,00	90.546.992,38	90.369.685,06	77.016.654,66	(11.125.390,62)
Capital	29.276.667,00	19.034.092,17	19.004.367,25	16.183.121,72	(10.242.574,83)
Investimentos	29.276.667,00	19.034.092,17	19.004.367,25	16.183.121,72	(10.242.574,83)
Total	168.733.408,00	146.725.466,53	146.518.434,29	129.574.169,70	(22.007.941,47)

A partir das despesas acima demonstradas, podemos evidenciar o total das **despesas inscritas em Restos a Pagar em 31.12.2019**:

Despesas	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Total
RP Não Processados	146.725.466,53	146.518.434,29	-	207.032,24
RP Processados	-	146.518.434,29	129.574.169,70	16.944.264,59
RP Total	-	-	-	17.151.296,83

- Restos a Pagar **Não Processados** = Despesas Empenhadas (-) Liquidadas
- Restos a Pagar **Processados** = Despesas Liquidadas (-) Pagas

3.3. Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário

As despesas inscritas em **Restos a Pagar Não Processadas e/ou Processadas**, constantes dos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário, foram contabilizadas de acordo com a categoria de gasto (pessoal, custeio ou investimentos) e a disponibilidade financeira necessária à sua efetiva cobertura.

O quadro a seguir, demonstra os valores das despesas de Restos a Pagar:

- Saldos inscritos dos exercícios de 2014 a 2017;
- Inscritos em 2018;
- Pagos em 2019;
- Cancelados em 2019; e
- Saldo em 31.12.2019

RESTOS A PAGAR – RP	Inscritos em Exer Anterior		Pagos em 2019	Cancelados em 2019	Saldo de Exerc Ant em 31.12.19
	2014 a 2017	2018			
Anexo 1 - RP Não Proces	-	36.209,26	35.640,71	568,55	-
Custeio	-	36.209,26	35.640,71	568,55	-
Anexo 2 - RP Processado	939.213,34	17.469.495,19	17.449.013,11	6.755,40	952.940,02
Pessoal	-	739.004,97	739.004,97	-	-
Custeio	939.213,34	10.917.382,26	10.896.900,18	6.755,40	952.940,02
Investimentos	-	5.813.107,96	5.813.107,96	-	-
TOTAL	939.213,34	17.505.704,45	17.484.653,82	7.323,95	952.940,02
2.014	6.260,64	-	-	686,66	5.573,98
2.015	629.205,60	-	-	-	629.205,60
2.016	239.024,27	-	-	-	239.024,27
2.017	64.722,83	-	-	-	64.722,83
2.018	-	17.505.704,45	17.484.653,82	6.637,29	14.413,34

7

4. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, corresponde ao Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 (artigo 103), que demonstra as Receitas e Despesas Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, conjugados com os Saldos de Caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

4.1. Receitas e Despesas orçamentárias

O valor de R\$ 64.139.409,52, compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções e despesas orçamentárias executadas no exercício de 2019, no total de R\$ 146.725.466,53, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem, foram apresentadas nos quadros do Balanço Orçamentário.

4.2. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As transferências recebidas no valor de R\$ 69.663.589,83, refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas, como segue:

Transferências Financeiras Independentes de Execução Orçamentária	
Ingressos de Transferências Recebidas	344.534.047,24
Dispêndios de Transferências Concedidas	(274.870.457,41)
Varição entre Ingressos e Dispêndios do Anexo 13	69.663.589,83

8

4.3. Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Recebimentos Extraorçamentários: compreendem os ingressos não previstos no orçamento, tais como: **a.** ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e **b.** inscrição de restos a pagar.

Pagamentos Extraorçamentários: compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como: **a.** relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentárias (ex. devolução de depósitos); e **b.** restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Recebimentos Extraorçamentários de Restos a Pagar	19.011.241,19
Restos a Pagar	17.151.296,83
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	207.032,24
Custeio	177.307,32
Investimentos	29.724,92
Inscrição de Restos a Pagar Processados	16.944.264,59
Pessoal	769.988,66
Custeio	13.353.030,40
Investimentos	2.821.245,53

Aut. 084

Varição Extraorçamentária – Anexo 13	1.859.944,36
Ingressos de Transferências Recebidas	2.355.290,63
211430103 – INSS Retido - 11% LEI 9711/98 - sobre prest serviços	156.207,83
218810101 – INSS de Servidores da Adm Direta-Pensão Alimentícia	17.436,40
218810102 – INSS a Recolher CLT - rescisão	4.531,70
218810901 – Consignações Diversas - SP PREVCON	1.764,76
218812002 – ISS – Impostos sobre Serviços	117.186,22
218813002 – IRRF de Terceiros - PF/PJ	20.570,50
218814001 – Depósitos e Cauções - caução sobre seguro	4.067,50
218911301 – Convênios com Entidades Federais - rendimentos	349.389,77
218911304 – Convênios com Outras Entidades - rendimentos	1.684.135,95
Dispêndios de Transferências Concedidas	(495.346,27)
218810105 – INSS Retido sobre Serviços Prestados	(129,00)
218811001 – Pensão Alimentícia	(17.436,40)
218814101 – Depósitos Judiciais	(477.780,87)

Pagamentos Extraorçamentários de Restos a Pagar	17.484.653,82
Restos a Pagar Não Processados	35.640,71
Custeio	35.640,71
Restos a Pagar Processados	17.449.013,11
Pessoal	739.004,97
Custeio	10.896.900,18
Investimentos	5.813.107,96

9

4.4. Saldos em Espécie:

Apresentamos os saldos de recursos financeiros, disponíveis em contas bancárias desta Fundação, respectivamente, nas datas de 31.12.2018 e 31.12.2019, provenientes de:

- Recursos Próprios da Fundação – gerados na gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos, lojas e restaurantes; hospedagem, ingressos, mergulho, vendas de resina, madeira e mudas e rendimentos de aplicação financeira;
- Projetos custeados pela Câmara Compensação Ambiental – CCA da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo;
- Projetos custeados com recursos de diversos Convênios e outros Instrumentos, decorrentes de Compensação Ambiental;
- Recursos do contrato de empréstimo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaico da Mata Atlântica;
- Caução/Depósito para garantia contratual; e
- Recursos bloqueados por ordem judicial.

Saldo em Espécie	em 31.12.2018	em 31.12.2019	Variação
Total	91.926.497,85	80.530.618,04	(11.395.879,81)
Caixa e equivalentes a caixa	91.682.048,20	80.304.078,90	(11.377.969,30)
Recursos Próprios da Fundação	8.824.158,42	7.641.346,25	(1.182.812,17)
Compensação Ambiental/CCA	11.867.586,97	9.484.424,22	(2.383.162,75)
Comp Ambiental/Convênios divs	53.166.744,78	51.659.598,41	(1.507.146,37)
Programa Serra do Mar/BID	17.805.859,93	11.496.107,36	(6.309.752,57)
Caução	17.698,10	22.602,66	4.904,56
Depósitos Restituíveis	244.449,65	226.539,14	(17.910,51)
Bloqueio Judicial	244.449,65	226.539,14	(17.910,51)

5. Balanço Patrimonial

5.1. Regime de escrituração

O **Balanço Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

10

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- 5.2. Quadro Principal;
- 5.3. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- 5.4. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- 5.5. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

5.2. Quadro Principal

- a. **Ativo** compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b. **Ativo Circulante** compreende os ativos que atendam a um dos critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até o término do exercício seguinte. Neste grupo, contabilizamos todos os recebimentos captados pela Fundação, sejam por meio das atividades desenvolvidas na gestão das unidades de conservação, por Convênios, Termos de Compromisso de Compensação Ambiental, Termos de Ajuste de Conduta e outros instrumentos, que se encontram em contas correntes, poupanças e aplicações financeiras, cujos saldos disponíveis em contas individuais, representam 38,2% do Ativo Total.
- c. **Estoque** no almoxarifado está registrado pelo preço médio de aquisição e não supera o preço de mercado.
- d. **Ativo Não-Circulante** compreende os ativos realizáveis após doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis, composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado (Investimentos), Intangível e eventuais saldos a amortizar do Ativo Diferido.
- e. **Depósitos Judiciais** estão registrados por valores nominais e sua atualização dependerá da Contadoria Geral do Estado.
- f. **Imobilizado** que compreende os bens patrimoniais móveis e imóveis, estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31.12.1995, data da implantação do SIAFEM nesta Fundação.

11

ATIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	80.653.497,08
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.2019	80.304.078,90
Demais Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais)	226.539,14
Estoques (Incorporação de materiais)	122.879,04
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	130.249.245,30
Realizável a Longo Prazo	68.631,15
Depósitos Judiciais	68.631,15
Imobilizado (no exercício: R\$ 19.004.785,09)	130.129.190,98
Bens Móveis (R\$ 4.952.215,68 veículos e equipamentos)	60.628.235,66
Bens Imóveis (R\$ 14.052.569,41 obras)	70.068.662,12
Depreciação e Amortização Acumulada	(567.706,80)
Intangível	51.423,17
Softwares (licenças)	51.423,17
TOTAL	210.902.742,38

- g. **Passivo** compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial.
- h. **Passivo Circulante** se compõe dos valores exigíveis até o final do exercício seguinte, relativos a retenções de encargos (obrigações) trabalhistas, previdenciários e assistenciais, fornecedores – restos a pagar do exercício e de exercícios anteriores, depósitos judiciais e, com maior representatividade, os recursos disponíveis de Convênios, Termos de Compromisso e Compensação Ambiental e demais instrumentos, para implantação e execução de atividades estabelecidas nos respectivos Planos de Trabalho.
- i. **Passivo Não-Circulante** compreende os passivos exigíveis após doze meses após a data das demonstrações contábeis, quais sejam: precatórios – administrados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e fornecedores objetos de ações judiciais.
- j. **Patrimônio Líquido** compreende o valor residual dos ativos e após a dedução de todos os passivos, no valor total de R\$ 142.728.518,36, composto pelo Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15 e Resultados Acumulados (do exercício e de exercícios anteriores) de R\$ R\$ 99.130.288,21, sendo que o Resultado do Exercício foi de R\$ 5.508.216,17.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	60.493.242,26
Obrig Trabalhistas, Previd e Assist a Pagar a Curto Prazo	725.361,67
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (RP)	17.897.204,61
Demais Obrigações a Curto Prazo	41.870.675,98
Convênios com Entidades Federais	9.306.451,16
Convênios com Outras Entidades	31.911.873,11
Convênio com Entidades Estrangeiras	150,61
Valores Restituíveis	652.201,10
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	7.680.981,76
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo (Pecatórios)	5.270.795,44
Demais Obrigações a Longo Prazo (Fornecedores)	2.410.186,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.728.518,36
Patrimônio Social	43.598.230,15
Resultados Acumulados	99.130.288,21
Resultado do Exercício (Variação Patrimonial)	5.508.216,17
Resultado de Exercícios Anteriores (Acumulado)	93.615.316,64
Ajustes de Exercícios Anteriores (cancelamentos de RP)	6.755,40
TOTAL	210.902.742,38

12

5.3. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os grupos de contas dos ativos e passivos financeiros e permanentes e saldo patrimonial, de acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/64.

1. **Ativo Financeiro** composto as contas representativas de disponibilidades, ou seja, créditos em disponíveis e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, em curto prazo.
2. **Ativo Permanente** compreende todos os valores fixos, como bens móveis e imóveis, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
3. **Passivo Financeiro** é representado pelas dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis a curto prazo, cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).
4. **Passivo Permanente** compreende as dívidas fundadas e outras, a longo prazo, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	
ATIVO (I)	Exercício Atual
Ativo Financeiro	80.599.249,19
Ativo Permanente	130.303.493,19
Total do Ativo	210.902.742,38
PASSIVO (II)	
Passivo Financeiro	60.625.491,46
Passivo Permanente	7.755.764,80
Total do Passivo	68.381.256,26
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I – II)	142.521.486,12

13

5.4. Contas de Compensação

O quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da Instituição (possui a função específica de controle contábil dos direitos e obrigações – bens, valores, obrigações, cauções, convênios, contratos, dentre outros atos administrativos). Os valores dos ativos potenciais já executados não devem ser considerados.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual
Direitos Conveniados e outros instrumentos	-
Total dos Atos Potenciais Ativos	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Obrigações Contratuais	(90.927.260,01)
Total dos Atos Potenciais Passivos	(90.927.260,01)

5.5. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Apresenta o superávit/déficit financeiro, apurado conforme o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.01.01 – Disponibilidades Financeiras, segregado por fonte/destinação de recursos e permite a análise coletiva ou individualizada, especialmente dos recursos com que possuem destinações específicas

14

Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Exercício Atual
ORDINÁRIA	1.778.920,16
Tesouro do Estado (Fonte 1)	(6.633.166,83)
Recursos Próprios (Fonte 4)	8.412.086,99
VINCULADA	18.194.837,57
Operações de Crédito (Fonte 7)	9.512.921,97
Outras Destinações de Recursos (Fontes 4 e 7)	8.681.915,60
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	19.973.757,73

6. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do exercício é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

As Variações Patrimoniais devem ser reconhecidas pelo Regime de Competência Patrimonial, visando: garantir tempestivamente o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades públicas; conduzir a contabilidade pública vigente aos padrões internacionais; e, ampliar a transparência sobre as contas públicas atendendo às demandas da Sociedade.

15

Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada:

Exercício atual	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	142.601.375,89
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	32.948.847,51
Venda de Mercadorias	22.877.230,69
Venda de madeira e resina	9.431.499,13
Doação de produtos e subprodutos florestais (madeira e resina)/CMV	13.445.731,56
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	10.071.616,82
Gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes.	1.534.098,73
Outorga por concessão de espaço PE Campos do Jordão	115.600,00
Gestão das unidades de conservação com hospedagem, ingressos, mergulho e de Convênios: CESP, Petrobras, Transpetro, NTS, entre outros	8.421.918,09
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.214.397,02
Rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação, Convênios, Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	2.214.397,02

Transferências e Delegações Financeiras Recebidas	42.529.485,12
Transferências intragovernamentais da CCA para o custeio e investimentos de plano de trabalho	42.529.485,12
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	64.908.646,24
Variação Patrimonial, decorrente de fatos geradores diversos nas contas 499 e 399, movimentação de fundos a crédito e a débito:	
499.000.000 - Diversas variações patrimoniais	367.655.551,51
499.610.505 - Restituições de assistência médica	13.296,38
499.610.514 - Reembolso de telefone/rec eventuais	5.792,61
499.619.901 - Indenizações de comp. ambientais	36.965,33
499.910.102 - Precatórios – ajuste PGE/SEFAZ	178.488,34
499.919.801 - Financeiro	129.316,83
499.919.851 - Permanente	22.757.644,78
499.920.101 - Corresp. Débitos Internos – Anexo 13	344.534.047,24
399.000.000 - Diversas variações Patrimoniais	-302.746.905,27
399.910.380 - Sentenças Judiciais	-980.812,72
399.910.401 - Restituições (saldo DEJEM/Fehidro)	-261.742,45
399.918.201 - Indevida Incorporação	-2.640,00
399.919.801 - Financeiro	-22.757.644,78
399.919.851 - Permanente	-129.316,83
399.920.101 - Corresp Créditos Internos – Anexo 13	-274.870.457,41
399.920.480 - Restituição ao IF	-3.744.291,08

16

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	137.093.159,72
Pessoal e Encargos	37.144.381,98
Folha Salarial	28.225.051,85
Encargos (INSS, FGTS e SP-Prevcon)	8.755.609,32
Rescisões contratuais	163.720,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.542,68
Auxílio creche	2.542,68
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	86.383.755,72
<u>Consumo</u> : combustíveis e diversos materiais de consumo e <u>Transportes</u> : passagens aéreas, locação de veículos e aeronave, vale-transporte e demais despesas de transportes	4.286.431,35
<u>Serviços</u> : diárias, jeton, utilidade pública e serviços de vigilância, portaria, limpeza, monitoria ambiental, benefícios (assistência médica e bilhete-refeição), manutenção de prédios, veículos, embarcações, aeronave e equipamentos e demais serviços necessários à gestão das unidades de conservação.	82.097.324,37
Desvalorização e Perda de Ativos	97.961,25
Furto, roubo, extravio – perdas involuntárias de bens	97.961,25
Tributárias	18.786,53
Taxa de uso de recursos hídricos	107,83
COFINS e PASEP	18.678,70
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos	13.445.731,56
Doação de produtos e subprodutos florestais (madeira e resina)	13.445.731,56
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	5.508.216,17

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, como segue:

- a. **Receitas:** fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. **Desembolsos:** são as despesas de pessoal, custeio e de investimentos, pagas durante o período das demonstrações contábeis, ou seja, aquelas empenhadas e pagas no exercício, bem como o pagamento daquelas de inscritas em restos a pagar; e
- c. **Saldo de caixa** na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	VALOR
SALDO INICIAL DE CAIXA EM 01.01.19	91.682.048,20
RECEITA PATRIMONIAL	1.649.698,73
Receitas Imobiliárias: Atividades de gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes, bem como outorga da concessão de Parque	1.649.698,73
RECEITA AGROPECUÁRIA	9.431.499,13
Receita da Produção Vegetal do Estado: venda de madeira, resina e mudas	9.431.499,13
RECEITA DE SERVIÇOS	39.520.328,53
Atividades de gestão das unidades de conservação com hospedagem, ingressos, mergulho e de Convênios CESP, Petrobras, Transpetro, NTS, entre outros	8.421.918,09
Receita Intraorçamentária de Custeio – CCA	31.098.410,44
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	2.214.397,02
Rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação, Convênios, Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	2.214.397,02
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS/ORIGINÁRIAS	11.323.486,11
Restituições do Estado (assistência médica e outras eventuais)	56.054,32
Receita Intraorçamentária de Investimentos - CCA	11.267.431,79
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	64.139.409,52

17

Varição entre Transferências Recebidas e Concedidas	69.663.589,83		
Transferências Financeiras Recebidas	344.534.047,24		
Transferências Financeiras Concedidas	-274.870.457,41		
Varição Extraordinária entre Ingressos e Dispêndios	1.859.944,36		
Varição Extraordinária - Ingressos	2.355.290,63		
Varição Extraordinária - Dispêndios	-495.346,27		
Varição em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.910,51		
Baixa de bloqueios judiciais em contas bancárias			
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	71.541.444,70		
TOTAL DE INGRESSOS	135.680.854,22		
DESPESAS	Pagas em 2019	Pagas de RP 2019	
	129.574.169,70	17.484.653,82	147.058.823,52
Pessoal	36.374.393,32	739.004,97	37.113.398,29
Custeio	77.016.654,66	10.932.540,89	87.949.195,55
Investimentos	16.183.121,72	5.813.107,96	21.996.229,68
TOTAL DE DESEMBOLSOS			147.058.823,52
SALDO FINAL DE CAIXA EM 31.12.19	80.304.078,90		

18

8. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – DMPL é destinada a evidenciar, em determinado período, a movimentação (aumento ou redução) das contas que integram o Patrimônio da Entidade.

Contas	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
Saldos em 01.01.2018	43.598.230,15	78.866.700,03	122.464.930,18
Superávit do Exercício	-	14.151.729,87	14.151.729,87
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	596.886,74	596.886,74
Saldos em 31.12.2018	43.598.230,15	93.615.316,64	137.213.546,79
Superávit do Exercício	-	5.508.216,17	5.508.216,17
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	6.755,40	6.755,40
Saldos em 31.12.2019	43.598.230,15	99.130.288,21	142.728.518,36

Assim, dentre os itens demonstrados no Patrimônio Líquido da Fundação Florestal de R\$ 142.728.518,36, destacamos o Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15 e os Resultados Acumulados de R\$ 99.130.288,21, sendo que o Resultado do Exercício foi de R\$ 5.508.216,17 e os Ajustes de Exercícios Anteriores, relativos aos cancelamentos de restos a pagar, de R\$ 6.755,40.

9. Imposto de Renda

A Fundação Florestal por ser uma Entidade sem fins lucrativos, é isenta do Imposto de Renda e Contribuição Social.

10. Eventos Subsequentes

Destacamos que todas as informações constantes das demonstrações contábeis, do exercício findo em 2019, foram extraídas do SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

Até a data do fechamento das demonstrações contábeis, destacamos, também, fora do contexto operacional, como evento subsequente, o surgimento da pandemia da COVID-19, com reflexos em escala mundial e, certamente, com impactos na Administração em alguma extensão. Contudo, neste momento ainda não é possível mensurar os seus efeitos econômicos.

A fim de assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores e de terceirizados, minimizar a propagação do vírus e os efeitos dessa pandemia, assim como garantir a continuidade das atividades desta Fundação, na gestão das unidades de conservação do Estado de São Paulo, foram implementadas as seguintes medidas preventivas: afastamento dos colaboradores com mais de 60 anos e/ou pertencentes ao grupo de risco, isolamento social dos seus colaboradores, por meio do tele trabalho, antecipação das férias dos colaboradores com período aquisitivo completo e manutenção do programa de férias para os próximos meses, reuniões administrativas e operacionais por videoconferência, manutenção das atividades essenciais de proteção das unidades de conservação e o fechamento dos parques estaduais ao público visitante, além da suspensão e/ou a redução de contratos não essenciais, em consonância com as legislações vigentes sobre a pandemia da COVID-19.

19



EDUARDO HAMMERLE

Contador – CRC - 1 SP Nº 058823/O-7



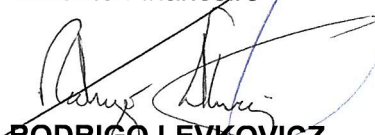
ISAIAS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO

Gerente Financeiro



NANCI CORTAZZO MENDES GALUZIO

Diretora Administrativa Financeira



RODRIGO LEVKOVICZ

Diretor Executivo